

AS NOVAS AMEAÇAS À DEFESA E CIBERSEGURANÇA NO MERCOSUL

Isac dos Santos Maciel

Pedagogo, Bacharelado em Relações Internacionais e pós-graduando em Gestão Pública.
e-mail: isacdsmaciel@hotmail.com

Laís Rodrigues Barros Maciel

Bacharela em Ciência da Computação e pós-graduada em MBA em qualidade de Software
e-mail: laisrbmaciel@hotmail.com

RESUMO

Após a crise entre os países, em 2003, com o crescimento de novos governos políticos o cenário foi alterado, o que deixou propício a novos projetos e novamente a integração regional entre os países, apontando os antigos erros. Com essa ideia, os representantes dos países no Consenso de Buenos Aires, trouxeram para a agenda de integração os temas como erradicação à fome; combate à pobreza; desigualdades regionais; redução do desemprego; segurança; educação; e o concerto da política sul-americana na política internacional. Além de auxiliar no combate às questões negativas, a integração estabiliza os países, isso porque com o regionalismo, os custos são mais bem distribuídos para a manutenção da ordem e segurança e ainda na expansão da democracia. Uma nova noção de segurança diferente da tradicional, ou seja, de natureza estratégico-militar centrada no Estado, sob a ótica conceitual, especificamente transnacional e social, força a analisar e compreender uma nova forma de relações interestatais. O Consenso de Washington, com a preocupação de diminuir as responsabilidades do Estado na questão econômica, e com a tentativa dos Estados Unidos na inclusão do continente americano à sua política de segurança nacional, as Nações Unidas cria o conceito “multidimensionalidade”. Uma nova ameaça é utilizada para coação de governos ou sociedades e tem como objetivo obter ilegalmente dados das suas vítimas para o emprego do medo chamada, ciberterrorismo, no qual tornou-se uma prática cada vez mais comum. Essa nova ramificação do terrorismo pode ser devido ao rápido crescimento do uso da internet.

Palavras-chave: Relações internacionais. Mercosul. Multidimensionalidade. Defesa.

ABSTRACT

A After the crisis between countries, in 2003, with the growth of new political governments, the scenario was changed, which left it conducive to new projects and again regional integration between countries, pointing out the old mistakes. With this idea, the representatives of the countries in the Buenos Aires Consensus, brought to the integration agenda issues such as the eradication of hunger; combating poverty; regional inequalities; reduction of unemployment; safety; education; and the concert of South American politics in international politics. In addition to helping to combat negative issues, integration stabilizes countries, because with regionalism, costs are better distributed for maintaining order and security and expanding democracy. A new notion of security different from the traditional one, that is, of strategic-military nature centered on the State, from a conceptual perspective, specifically transnational and social, forces to analyze and understand a new form of interstate relations. The Washington Consensus, with the concern to diminish the responsibilities of the State in the economic question, and with the attempt of the United States to include the American continent in its national security policy, the United Nations creates the concept “multidimensionality”. A new threat is used to coerce governments or societies and aims to illegally obtain data from its victims for the use of the so-called fear, cyberterrorism, in which it has become an increasingly common practice. This new branch of terrorism may be due to the rapid growth in internet use.

Keywords: *International relations. Mercosur. Multidimensionality. Defense.*

INTRODUÇÃO

As “Relações Internacionais”, embora uma área de estudo acadêmica relativamente nova desenvolve pesquisas sobre guerra e paz, que levam conseqüentemente a reflexões importantes sobre a segurança internacional. As bibliografias desta área têm sido influenciadas pelos ingleses e norte-americanos e seus conceitos assimilados e aplicados em toda a América Latina, sem uma definição da perspectiva regional (SAINT-PIERRE, 2011).

Na América Latina, destacam-se três processos de integração: o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), criado em 1960, a Comunidade Andina, 1969, e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), fundado em 1991 entre os países, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Esses países tinham como objetivo prioritário o fomento à cooperação regional na garantia dos direitos, liberdade e desenvolvimento, baseando-se na justiça social e em um melhor fluxo de investimentos e comércio (NETO, 2014). O Mercosul, na questão de segurança, assim como toda a América Latina, teve os conceitos (ingleses e norte-americanos) incorporados com a ausência de uma análise crítica sobre sua aplicação

regional, assim comprometendo sua “agenda hemisférica de ameaças”, “defesa”, “segurança” e “multidimensionalidade”.

Um dos conceitos mais aceitáveis atualmente é a “segurança multidimensional”, combinando de forma intencional itens mistos como: perigos, desafios, ameaças e inimigos de diversos princípios, sejam eles sociais, políticos, ambientais ou econômicos, que necessitam de respostas articuladas pelo Estado e sociedade. Essas análises compostas, não tem prestado uma contribuição satisfatória, no sentido de resolver as políticas públicas necessárias para resolução dos problemas, e sim sepultando outros ainda mais difíceis de serem sanados. Além disso, percebe-se que a política tem aproveitado esse conceito para confundir seu eleitorado e ainda beneficiar-se das diversas interpretações (CORREA, BERNARDINO, *et al.*, 2017).

Um grande desafio da atualidade a ser enfrentado é o terrorismo. Principalmente após o dia 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos foi alvo desses ataques (HERZ e AMARAL, 2018). Embora pareça distante, tivemos exemplos de terrorismos (de caráter nacional), relacionados à luta, de tipo política, em membros associados ao Mercosul, que tem sua democracia

fragilizada com lideranças classificadas ilegítimas (JACKSON e SORENSEN, 2018).

Um outro desafio não menos importante é o ciberterrorismo que vem tornando-se cada vez mais praticado. Essa nova ameaça é utilizada para coação de governos ou sociedades e tem como objetivo obter ilegalmente dados das suas vítimas para assim empregar o medo, tornado em refém aqueles que tiveram suas informações *hackeadas*. Essa nova ramificação do terrorismo pode ser devido ao rápido crescimento do uso da internet. (COSTA, 2018).

O objetivo desse artigo, é debater as questões relacionadas à segurança e defesa no Mercosul, com a inclusão de seu uso político e a inadequação a realidades dos países integrantes. Para isso, faz-se uma análise no qual se considera

os aspectos históricos, culturais e os desafios da integração regional, inclusive os riscos a defesa dos países membros frente as novas ameaças.

O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

Como referência histórica e comparação de acordo internacional, que auxiliou no avanço de todo um conjunto de países-membros, destaca-se a União Europeia com a promoção de quatro liberdades: a circulação de bens, serviços, capital e trabalho. Sem a garantia dessas quatro liberdades não é possível se tratar de integração regional. Quando nos referimos a trabalho, falamos também de liberdade política, pois a circulação de trabalho leva a trânsito de pessoas, o que quebra os paradigmas da nacionalidade



Figura 1: Da esquerda para direita os Presidentes: Fernando Collor de Mello (Brasil), Andrés Rodríguez (Paraguai), Carlos Menem (Argentina) e Luis Alberto Lacalle (Uruguai). Foto histórica divulgada na primeira página de diversos jornais brasileiros em março/1991.

(NETO, 2014).

Em 1991, inspirando-se na ideia do bloco europeu, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) é fundado com a aspiração de que estava-se construindo uma autoridade superior à dos Países-membros, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, através de regulações comuns e obrigatórias a todos. Até o ano de 1997, o bloco apresentava bons resultados quanto aos fluxos comerciais e investimento. Porém com a crise financeira na Ásia e a crise russa em 1998, os resultados que antes eram positivos, já não eram tão bons. No ano de 1999, o governo brasileiro não conseguiu sustentar o regime de bandas cambiais, o que levou a desvalorização do real e assim a dificultar ainda mais, a economia da Argentina, o que levou os analistas acreditarem na ruptura do bloco (NETO, 2014).

Após essa crise entre os países, em 2003, com o crescimento de novos governos políticos, alterou o cenário e o deixou propício a novos projetos e novamente a integração regional entre os países, apontando os antigos erros. Com essa ideia, os representantes dos países no Consenso de Buenos Aires, trouxeram para a agenda de integração os temas como erradicação à fome; combate à pobreza; desigualdades regionais;

redução do desemprego; segurança; educação; e o concerto da política sul-americana na política internacional (NETO, 2014).

INTEGRAÇÃO REGIONAL

Com o conhecimento de que a ação coletiva gera mais resultados do à solitária no que tange alguns problemas, a integração regional pode ser tida como um compartilhamento das soberanias entre Estados em prol da resolução de problemáticas, ou seja, não tenham ações solitárias em certas áreas e sim em conjunto a outros na busca da melhor solução para seus cidadãos (NETO, 2014).

O objetivo principal da integração regional é o desenvolvimento econômico, na busca de construir um mercado comum de fatores, como citado anteriormente, o trabalho, produtos (bens e serviços) e capital (NETO, 2014).

O regionalismo comercial impactou em diversos processos de segurança, regionais ou globais, o que é relevante para as relações internacionais. Com o novo ordenamento mundial e com as mudanças no que se trata da segurança internacional após a Guerra-Fria, o regionalismo se tornou ainda mais importante, principalmente em países com recursos para liderança

regional. Isso porque os conflitos tomaram novas formas, passando a ocorrer de modo regional, surgindo à necessidade de cooperação entre Estados (OLIVEIRA e ONUKI, 2000).

O cenário pós Guerra-Fria ainda incluiu à segurança regional, preocupações como a criminalidade, migração, narcotráfico, democracia e meio ambiente. Para o combate dessas questões, identifica-se a necessidade da promoção à integração regional, com o apoio de reformas econômicas, sociais e de segurança, o que se pressupõe que países vizinhos ainda mais vulneráveis e instáveis se envolvam no processo de integração (OLIVEIRA e ONUKI, 2000).

Além de auxiliar no combate às questões negativas, a integração estabiliza os países, isso porque com o regionalismo, os custos são mais bem distribuídos para a manutenção da ordem e segurança e ainda na expansão da democracia (OLIVEIRA e ONUKI, 2000).

SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

Com o fim da Guerra Fria, o sentido do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, começou a ser questionada e com isso criou-se uma comissão com a responsabilidade de pesquisar e

levantar novas ameaças, conhecida como “Comissão Palme”. Essa comissão manifestou uma série de questionamentos que foram denominadas como “novas ameaças”. Nessa lista, contabilizavam-se questões antigas e que se tornavam mais complexas por vários fatores interligados, como por exemplo, as guerras, que além das baixas a vidas humanas, ocasionam problemas com migração forçada, desemprego, miséria, tráfico de drogas, armas e munições, crime organizado e etc (SAINT-PIERRE, 2011).

Com isso, uma nova noção de segurança diferente da tradicional, ou seja, de natureza estratégico-militar centrada no Estado, sob a ótica conceitual, especificamente transnacional e social, força a analisar e compreender uma nova forma de relações interestatais (VILLA, 1999).

O Consenso de Washington, com a preocupação de diminuir as responsabilidades do Estado na questão econômica, e com a tentativa dos Estados Unidos na inclusão do continente americano à sua política de segurança nacional, as Nações Unidas cria o conceito “multidimensionalidade”. Alguns princípios filosóficos fundamentaram esse novo conceito, dentre elas: existência de ameaça comum entre países; fim de ameaças tradicionais e a

estabilização das fronteiras; ameaças mais complexas envolvendo fatores econômicos, corrupção de políticos, estrutura jurídica, segurança pública, tráfico de armas, drogas ilícitas e etc (SAINT-PIERRE, 2011).

Conseqüentemente, com essas novas ameaças, surge um tipo de “segurança global multidimensional”. *Global*, porque com o surgimento de novos fenômenos de segurança, faz-se necessário a transnacionalização e a cooperação entre os Estados. *Multidimensional*, porque não importam apenas as estratégias militares, mais outras problemáticas regionais, nas quais obrigam que a segurança internacional seja encarada de ângulos distintos (VILLA, 1999).

Nas declarações das

Conferências de Ministros da Defesa das Américas, o conceito de “segurança multidimensional”, é utilizado de diversas formas, como na Declaração de Quito, Equador, em que a segurança é constituída como condição multidimensional do desenvolvimento das nações, principalmente quando aprofundada à dimensão humana, na promoção aos direitos humanos, segurança, economia, democracia e outras. A Declaração reconhece a soberania de cada Estado na identificação das prioridades de defesa e segurança nacionais. Porém, há diferenças entre as percepções do emprego desse conceito a diferentes realidades dos Estados, podendo ser aplicada conforme interpretação (SAINT-PIERRE, 2011).



Figura 2: Policiais em confronto na Venezuela.
Foto de Carlos Eduardo Ramirez – 29 de maio de 2017/Reuters.

TERRORISMO E CIBERTERRORISMO

Para compreender melhor o que é o terrorismo, precisamos primeiramente entender o seu conceito. Segundo Robert Jackson e Georg Sorensen: “Terrorismo é o uso ilegal, ou a ameaça de uso, da violência contra civis, frequentemente para atingir objetivos políticos, religiosos ou similares”. Essa definição nos mostra que o terrorismo não é novidade, e existe há muitas décadas na sociedade humana, desde quando utilizavam o uso regular da força ou violência (JACKSON e SORENSEN, 2018).

Mesmo com esse conceito, a busca pela definição precisa sobre o terrorismo, levanta diversas

questões. Uma dessas refere-se ao relacionamento do terrorismo à violência política (JACKSON e SORENSEN, 2018). Como exemplo, a procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega Días, afirmou que o governo do Presidente Nicolás Maduro impôs “Terrorismo de Estado” por meio do Tribunal Máximo de Justiça da Venezuela e militares. Segundo os jornais venezuelanos e brasileiros, os números de mortos em protestos até o final de 2017 passavam de 70 vítimas.

Com esse fato percebe-se que o terrorismo tem caráter nacional, relacionando-se com as lutas políticas em Estados fragilizados e que sua política democrática também é fraca ou ausente, como na Colômbia,

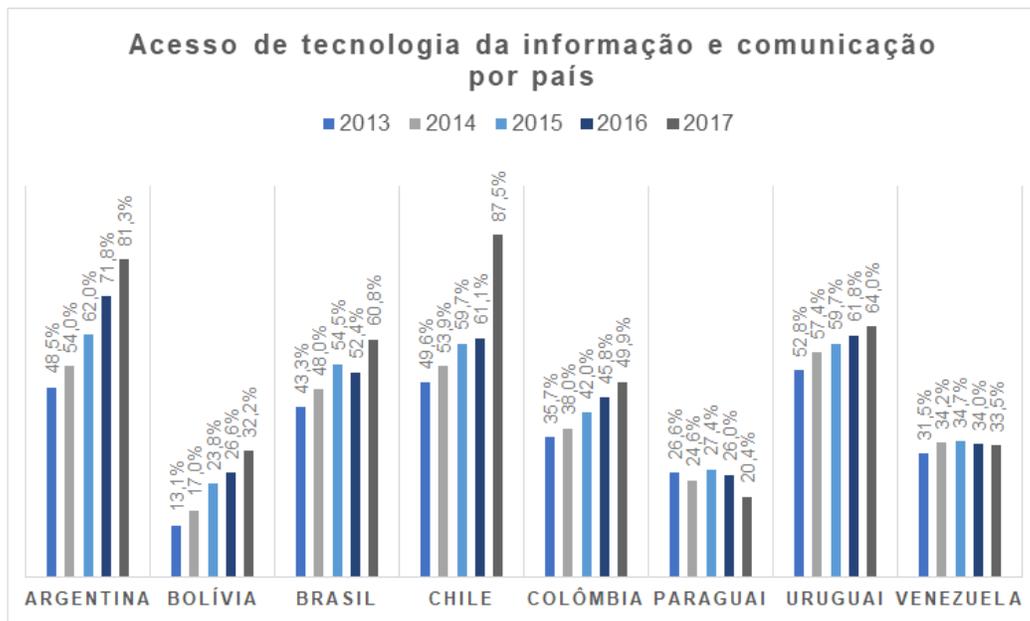


Gráfico 1: Porcentagem de casas com acesso à internet.

Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)

Venezuela, e até mesmo em países mais consolidados, como a Argentina (JACKSON e SORENSEN, 2018).

O termo ciberterrorismo teve sua primeira menção na década de 1990, em uma reunião do G8 no qual foi analisado crimes praticados via aparelhos eletrônicos ou a disseminação de informações roubadas pela internet. O modo como a sociedade tornou-se dependente da tecnologia, oportunizou o terrorismo a explorar esses recursos e inclusive executar ataques desse tipo (CHAGAS, 2012).

Mesmo em países com desenvolvimento econômico baixo, o terrorismo digital tornou-se uma ameaça sem precedentes. Embora economicamente mais frágil que a zona do euro ou do dólar, a América Latina, mais precisamente, os países pertencentes ao Mercosul têm aderido cada vez mais aos produtos digitais como smartphones, tablets e computadores. Isso fez com que o aumento do oferecimento de serviços digitais aumentasse e assim impactando no fomento à informação de dados. Veja abaixo o histórico de crescimento através do índice de *Porcentaje de hogares que tienen acceso a Internet* pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)* (ONU, 2019).

Para entender o porquê esse novo

cenário é tão importante, antes deve-se mencionar que os dados têm sido algo de enorme valor. Durante a segunda guerra mundial a contrainteligência ganhou força e tornou-se crucial para decisões e novas estratégias, pois consistia na proteção da informação, caso houvesse interceptação das mensagens, poderia comprometer as ações. Um exemplo de aprimoramento de defesa da informação, foi a máquina de criptografia alemã “enigma”, que tinha como objetivo a não detecção da mensagem ou dados (MELO, 2019).

O ciberterrorismo tem um padrão de emprego por *hackers*, *crackers* e outros agentes terroristas. Os modelos de ataque mais comuns são: vírus, *trojans*, *spyware*, *spam*, *worms*, *phishing* e *botnets* (BENELLI, 2018). Esses modelos podem em sua maioria conter arquivos executáveis anexados que provocam efeitos maliciosos, danificando um ou mais sistemas-alvos ou ainda atingindo servidores, derrubando-os ou subtraindo informações sigilosas (GOMES, CORDEIRO e PINHEIRO, 2016).

Existem ataques que têm como propósito incitar o desejo subconsciente de espectadores, podendo-os fazer concordar com ideais através de jogos de computador, música, engenharia social, domínios

expirados e *firmware*. Todavia, sempre há interação humana nas ações de ciberterrorismo (GOMES, CORDEIRO e PINHEIRO, 2016) (BENELLI, 2018).

Esses ataques cibernéticos têm ocorrido com frequência não só nos países da Europa, Oriente Médio e América do Norte. No Brasil em julho de 2011, vários portais governamentais brasileiros sofreram com ataques coordenados por um grupo terrorista chamado, Lulz Security Brazil que tinha como objetivo protestar contra a corrupção e aumento de combustíveis (GOMES, CORDEIRO e PINHEIRO, 2016).

Diversos portais brasileiros, com informações sigilosas e cruciais, tornaram-se vulneráveis a essa ameaça, espalhando o medo entre cidadãos quanto à possíveis vazamentos de dados (GOMES, CORDEIRO e PINHEIRO, 2016). Esse fato levantou um questionamento importante no quesito investimentos na segurança de dados de usuários, pois quando falamos de países pertencentes ao Mercosul, devemos lembrar que estes não investem tanto em infraestrutura e na segurança de dados digitais, tornando os dados vulneráveis a esses modelos de ataques (POSSAMAI, 2015).

Empresas como Facebook, investem milhões de dólares em

segurança de dados, atuando de forma preventiva na detecção de ataques cibernéticos. Em 2018, a empresa chegou a anunciar que iria duplicar o número de pessoas para trabalhar com a segurança de dados. O Facebook armazena inúmeros dados de seus usuários no mundo inteiro e ainda conta com serviços de anúncios pagos. Em seu balanço de 2017, de julho a setembro, a empresa acumulou uma receita total de US\$ 10,3 bilhões, superando em 47% no mesmo período do ano anterior. Mesmo com tantos lucros o fundador da empresa Mark Zuckerberg disse que o mais importante é assegurar os dados da comunidade que maximizar lucros. Isso reforça que o Facebook se tornou uma empresa poderosa na tutela de dados, demonstrando o quanto é valioso a obtenção e retenção de dados (FOLHAPRESS, 2017).

A pluralidade de ideais, princípios, culturas e finalidades fizeram do mundo digital um ambiente propício para que sejam implantadas boas e más ideologias ou causas, transformando esse espaço, em um ambiente propício ao compartilhamento de informações que podem transformar-se em armas. Além disso, a digitalização de informações e controles de infraestruturas como bancos, aeroportos e hidroelétricas embora

positivas, trouxeram riscos as seguranças e defesas de países, criando um campo de combate, o da guerra cibernética (BENEILLI, 2018).

CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos apresentados neste artigo, é notório que os países-membros do Mercosul, sejam na qualidade: efetivo, associado, observador e outros, devam preocupar-se com as defesas e seguranças de seus cidadãos.

Na segurança multidimensional, é necessário que os países definam os problemas de acordo com as suas realidades, que é resguardado em seus acordos, pois as influências norte-americanas ou europeias, não condizem com o trabalho de segurança e defesa no Mercosul. Porém, mesmo com necessidades próprias, os Estados que pertencem ao Mercosul, devem levantar os pontos que de fato são comuns e então buscar executar estratégias que resolvam seus problemas. Com a cooperação entre os países-membros, como citado anteriormente, os custos são mais bem distribuídos. O Brasil, conta com uma das maiores fronteiras do mundo, e sem o apoio dos países vizinhos é impossível à manutenção da defesa e segurança das fronteiras. Isso nos leva a necessidade da

integração regional, que passa a ser crucial para a melhoria na garantia das liberdades e direitos de seus cidadãos.

O terrorismo na América do Sul e até mesmo em países-membros do Mercosul, é uma realidade infeliz. Sem o apoio de organizações de paz, cooperação de Estados vizinhos e abertura dos próprios países para resolução dos problemas, haverá realidades como a morte de dezenas de pessoas inocentes.

O ciberterrorismo tornou-se uma nova ameaça para as defesas dos países, principalmente no Mercosul onde há um aumento significativo de uso da rede de internet e conseqüentemente maior oferta de serviços digitais. Diariamente, os países precisam preocupar-se com as suas defesas cibernéticas, barrando a subtração de dados estratégicos e de seus cidadãos.

Portanto, o estudo da defesa e segurança no Mercosul é tão complexo, não apenas pelas citações anteriores, mas também pelas diferenças entre Estados que compõe a região, fundamentadas na história desde o período colonial, até os dias atuais. Entretanto há a necessidade de uma leitura mais particionada das questões problemáticas para auxiliar a entender essa visão generalizada, tendo o Mercosul não

apenas como uma forma de integrar os países em diversas áreas, sejam econômicas, sociais, segurança, defesa, meio ambiente e outros, mas também garantir aos seus cidadãos a segurança e a defesa que é de direito humano.

REFERÊNCIAS

- BARROS, F. D. **Guerra Cibernética: Os novos desafios do direito internacional**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2015.
- BENELLI, A. L. Análise do ciberterrorismo e cibersegurança. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, Curitiba, 2018.
- CHAGAS, S. D. Ciberterrorismo: as possibilidades da expansão do terror nas relações internacionais. **Universidade Estadual da Paraíba**, João Pessoa, 2012.
- CORREIA, et al. Os Desafios da Defesa e da Segurança na América do Sul. **Ministério da Defesa**, Rezende, Rio de Janeiro, 24 a 28 Julho 2017. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/os_desafios_da_defesa_e_da_seguranca_na_america_do_sul.pdf>. Acesso em: 03 Maio 2019.
- COSTA, M. S. O ciberterrorismo diante do atual ordenamento jurídico brasileiro. **Universidade Federal de Lavras**, Lavras, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/30772/1/Matheus%20Souza%20Costa%20-%20TCC.pdf>>. Acesso em: 03 Maio 2019.
- FOLHAPRESS. Investimento em segurança vai afetar lucro do Facebook, diz Zuckerberg. **Valor Econômico**, 2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/11/02/investimento-em-seguranca-vai-afetar-lucro-do-facebook-diz-zuckerberg-1.ghtml>>. Acesso em: 09 Maio 2019.
- GOMES, M. G. F. M.; CORDEIRO, S. S.; PINHEIRO, W. A. A Guerra Cibernética: exploração, ataque e proteção cibernética no contexto dos sistemas de Comando e Controle. **Revista Militar de Ciência e Tecnologia**, Rio de Janeiro, 2016.
- HERZ, M.; AMARAL, A. B. D. **Terrorismo & Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.
- JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MELO, F. P. D. A contrainteligência como instrumento de proteção das instituições policiais judiciárias. **Revista da Escola Superior de Polícia Civil**, Curitiba, 2019.

NETO, W. A. D. **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

OLIVEIRA, A. J. D.; ONUKI, J. Brasil, Mercosul e a segurança regional. **SciELO**, Julho a Dezembro 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200005>. Acesso em: 03 Maio 2019.

ONU, O. D. N. U. CEPALSTAT - Base de Dados. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL**, 22 Novembro 2019. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc_HTML.asp>. Acesso em: 03 Maio 2019.

PENHA, B.; DESIDERÁ, N. W. A. D.; MORAES, R. F. **O Mercosul e as regiões de fronteira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

POSSAMAI, A. J. Integração digital: a dimensão tecnológica do Mercosul. **Panorama Internacional**, Porto Alegre, 2015.

SAINT-PIERRE, H. L. Defesa ou Segurança? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. **SciELO**, Julho a Dezembro 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200006>. Acesso em: 02 Maio 2019.

VILLA, R. D. A segurança global multidimensional. **Lua Nova**, n. 46, p. 99-118, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 03 Maio 2019.